

# CONJUNTURA – SAÚDE SUPLEMENTAR

## IESS – INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

15ª EDIÇÃO  
NOVEMBRO DE 2011

### Editorial

O primeiro semestre de 2011 foi marcado pela desaceleração da economia e elevação do índice de inflação (IPCA). Com isso, as estimativas do mercado para o PIB têm sido constantemente revisadas para baixo. No início do ano, o boletim *Focus*, do Banco Central, apontava um crescimento para o PIB de 4,5% em 2011, a previsão mais atual, do Boletim de 18 de novembro, aponta um crescimento de 3,2%. Contudo, esta taxa pode ser ainda menor. Se o PIB não crescer no 3º e 4º trimestre do ano, ou seja, a economia entrando em uma recessão técnica, estima-se um crescimento econômico de 3% para 2011.

O desempenho do PIB é medido com base no consumo das famílias e do Governo, nas exportações líquidas e no investimento. A principal fonte da desaceleração foi o investimento em capacidade produtiva, que passou de 18,4% para 17,8% do PIB entre o 1º e o 2º trimestre de 2011. O consumo das famílias cresceu 5,8% no 1º semestre de 2011 em relação ao 1º semestre de 2010. Apesar desse crescimento, o consumo vem diminuindo seu ritmo de expansão desde 2010, quando a variação foi de 7,4% (1º sem 2010/2009).

Todavia, apesar dos indícios de piora no cenário econômico, o mercado de trabalho registrou a mais baixa taxa de desemprego para 1º semestre, segundo a pesquisa mensal do emprego do IBGE. No entanto, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, o ritmo de criação de empregos aponta para uma desaceleração no início deste segundo semestre.

O crescimento econômico no 1º semestre de 2011 esteve baseado, principalmente, no crescimento do setor de serviços, que teve ajuda do baixo nível de desemprego, do crescimento da renda e do consumo interno. No entanto, a indústria e a agropecuária não acompanharam o desempenho do setor de serviços. Esses setores estão mais relacionados ao cenário econômico externo e competem com o produto importado. Nesse caso, a conjuntura econômica interna, que conta

com elevada taxa de juro (e baixa taxa de investimento), elevada carga tributária e baixa produtividade da mão de obra, representam uma dificuldade para a competitividade internacional.

Segundo a Universidade da Pensilvânia, que divulga um banco de dados de produtividade de diversos países, chamado "*Penn World Table*", a produtividade brasileira caiu 15% entre 1980 e 2008. Na China, na Coréia e no Chile o salto de produtividade no mesmo período foi de 778%, 256% e 82%, respectivamente.

Melhorar a produtividade do trabalhador é ainda mais importante quando considerado que, a partir de 2020, a população economicamente ativa começará a diminuir. A partir de então, o crescimento econômico precisará contar exclusivamente com os saltos de produtividade.

O mercado de saúde suplementar, por sua vez, cresceu 2,2% em número de beneficiários no primeiro semestre de 2011, com destaque para os planos coletivos empresariais que cresceram 4,6% no mesmo período, o que equivale a mais de 1 milhão de novos beneficiários, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Esse mercado está diretamente relacionado às variáveis econômicas, em especial com o emprego e a renda.

Todavia, é provável que os próximos números de crescimento de beneficiários de planos de saúde sofram os efeitos de uma iminente conjuntura econômica menos favorável. Porém, ressalta-se que, enquanto a taxa de desemprego permanecer baixa, as empresas buscarão atrair e manter mão-de-obra qualificada por meio de benefícios atraentes, dentre os quais o plano de saúde tem sido eleito o mais importante.

**Luiz Augusto Carneiro**  
*Superintendente Executivo*

**Gráfico 1 - Variação do PIB trimestral com ajuste sazonal**



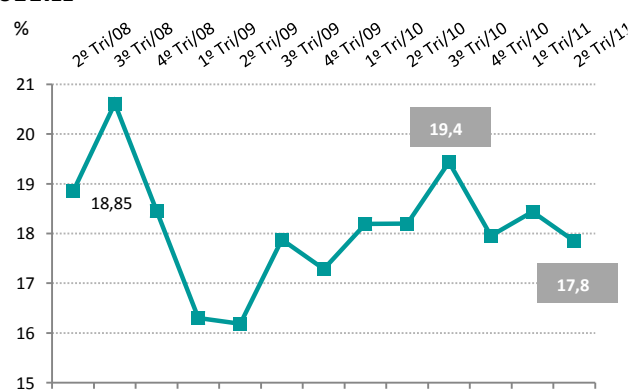
Fonte: Contas Trimestrais IBGE

**Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2011**

Indicador	Expectativa
IPCA (%)	6,5
IGP-M (%)	5,7
Meta Taxa Selic (%)	11,0
Câmbio (R\$/US\$)	1,75
PIB (%)	3,2

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 18/nov/2011

**Gráfico 3 - Nível trimestral de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao PIB) 2007.II-2011.II**



Fonte: Contas trimestrais IBGE

## 1. Cenário macroeconômico

### 1.1 Nível de Atividade

O forte nível de atividade verificado a partir do 2º trimestre de 2009 teve fim no 3º trimestre de 2010, com forte desaceleração nesse período (Graf. 1). No 2º trimestre de 2011 o avanço do PIB trimestral foi de apenas 0,8% em relação ao 1º trimestre de 2011, sendo que no mesmo período em 2010 o avanço havia sido de 1,8%.

Do ponto de vista setorial, a desaceleração é verificada, principalmente, para a indústria e para a agropecuária que apresentaram variação de 0,2% e -0,1% no 2º trimestre de 2011 em relação ao 1º trimestre, enquanto o setor de serviços cresceu 0,8% no mesmo período.

O boletim *Focus*, do Banco Central<sup>1</sup>, que aponta a média dos indicadores previstos pelo mercado, reduziu a previsão de crescimento da economia em 2011 de 4,5% (em 07/01/2011) para 3,2% (em 18/11/2011) (Tab. 1).

A taxa de investimento, que chegou a representar 19,4% do PIB no 3º Tri de 2010, recuou para 17,8% no 2º Tri de 2011 (Gráf.3). Este nível de investimento é baixo, principalmente, se comparado ao de outros países emergentes como China (47,8%), Índia (32,6%), Chile (23,2%) e México (21,4%)<sup>1</sup>. Com uma baixa taxa de investimento e, conseqüentemente, pouca perspectiva para aumento da produção, qualquer pressão sobre o consumo tem efeito direto sobre a inflação, impedindo o crescimento sustentado do país.

### 1.2 Emprego

No 1º semestre de 2011 o saldo líquido de geração de emprego foi de 1,3 milhão de novos postos de trabalho, número inferior ao mesmo período de 2010, que foi de 1,5 milhão (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Ministério do Trabalho e Emprego). Entretanto, a taxa de desemprego<sup>2</sup> média foi de 6,2% em junho, a menor taxa para este mês desde o início da série.

A taxa de desemprego deve ser analisada com cautela. Primeiramente, essa pesquisa é um retrato do mercado de trabalho nas 6 principais regiões metropolitanas. Portanto, os seus resultados não podem ser generalizados para as demais

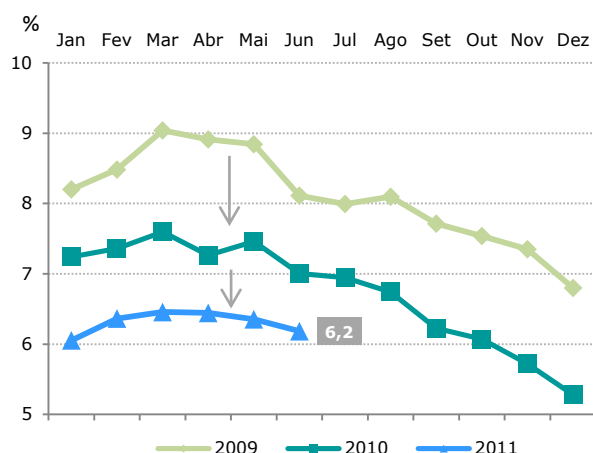
<sup>1</sup> Fraga, Érika. "Investimento é 3º menos entre 20 emergentes". Folha de São Paulo, São Paulo, 04 de março de 2011. Caderno Mercado.

<sup>2</sup> Taxa de desemprego medida pela Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE (PME/IBGE), referente às 6 principais regiões metropolitanas do país.

**Equipe Técnica:**

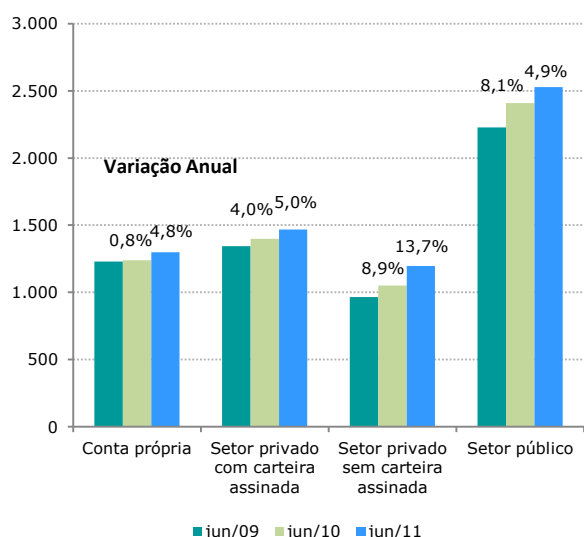
Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo  
 Amanda Reis - Consultora  
 Marcos Novais – Consultor  
 Francine Leite – Consultora

**Gráfico 4: Taxa de desemprego (% da PEA)**



Fonte: Contas trimestrais IBGE

**Gráfico 5: Rendimento médio real habitualmente recebido**



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

**Gráfico 6: Variação trimestral (%) da despesa de consumo das famílias**

regiões do país. Em segundo lugar, o déficit de mão-de-obra não é um resultado desejável, pois pode gerar uma sobrevalorização dos salários e, conseqüentemente, pressão sobre o consumo e preços que levam ao aumento da inflação.

Outro fenômeno relevante no mercado de trabalho é a formalização do emprego. Entre junho de 2010 e junho de 2011, os trabalhadores com carteira assinada que representavam 51,0% passaram a representar 52,8% da população ocupada. Para o mesmo período, a representatividade da população ocupada sem carteira assinada passou de 18,3% para 17,0% e dos que trabalham por conta própria também reduziu de 18,1% para 17,8%.

**1.3 Renda - PME**

Em geral, nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PME/IBGE, a renda da população tem aumentado, sendo que os trabalhadores que apresentaram o menor e o maior crescimento, entre junho de 2011 e junho de 2010, respectivamente, foram os que trabalham por conta própria (4,8%) e os sem carteira assinada (13,7%) (Gráf. 5).

Para este mesmo período, o rendimento médio real da população ocupada cresceu 4,0%, alcançando R\$ 1.593,29, sendo que o do setor público cresceu 3,6% e o dos trabalhadores do setor privado com carteira assinada receberam um aumento de 3,7%, alcançando, em média, R\$ 1,475,20.

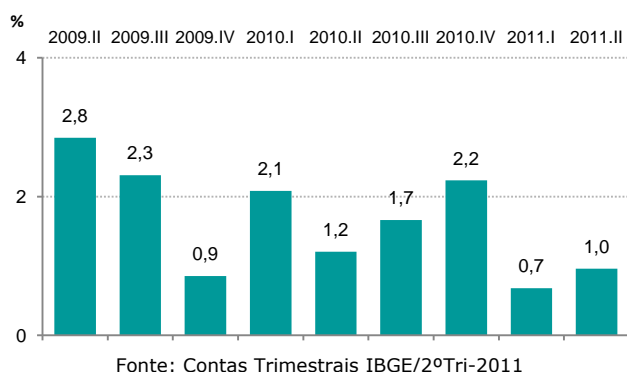
**1.4. Consumo**

O consumo das famílias aumentou, discretamente, o ritmo de crescimento no 2ºTri/11 (1,0%) (Gráf.6). O desempenho do consumo aquém do verificado em 2010 pode ser explicado pelo aperto monetário imposto pelo Banco Central no início do ano, que aumentou a taxa básica de juros e restringiu o aumento do crédito com regras mais rígidas para os empréstimos.

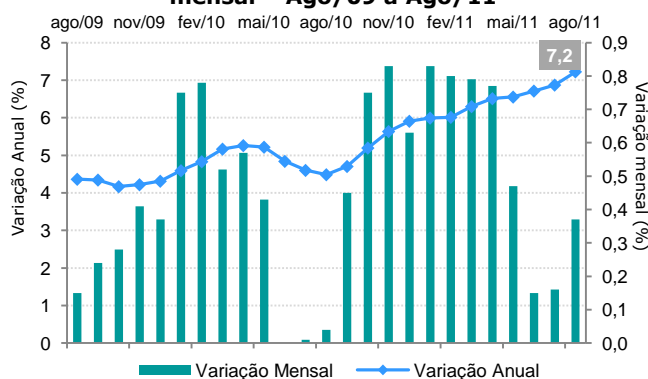
Para o final do ano, é possível que o consumo continue crescendo em decorrência da expansão da massa salarial, do emprego e da política de redução da taxa básica de juros adotada pelo Banco Central a partir do segundo semestre. No entanto, o pessimismo no cenário econômico mundial pode comprometer esse crescimento.

**1.5 Inflação**

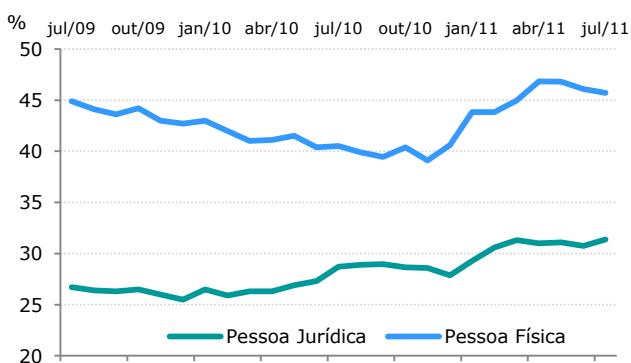
Nos 12 meses anteriores a junho de 2011, o IPCA, principal índice de inflação da economia,



**Gráfico 7: Índice de Inflação IPCA - Variação anual e mensal - Ago/09 a Ago/11**



**Gráfico 8: Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres**



subiu 6,7%, e, em agosto, ultrapassou 7% (Gráf.7), índice já bastante superior à meta de 6,5%. Apesar disso, o Banco Central ponderou que a crise Européia pode ter efeitos sobre a economia nacional, deteriorando o crescimento econômico do país. Portanto, para que a inflação não ultrapasse o teto da meta, o governo conta com o desaquecimento da economia doméstica frente ao cenário externo.

**1.6 Taxas de Juros e Mercado de Crédito**

Após a taxa básica de juros (Selic) atingir o patamar de 12,5%, em agosto de 2011, o Banco Central iniciou em setembro um processo de redução da Selic. Os responsáveis pela política econômica acreditam que a redução no ritmo da atividade econômica global irá refletir na economia doméstica, desacelerando o consumo e, consequentemente, a inflação. O Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,5 p.p. em setembro (12%) e, em outubro, reduziu em mais 0,5 p.p., atingindo 11,5%.

Nesse cenário, a taxa de juros para pessoa física segue em queda desde abril de 2011 e para pessoa jurídica segue com aumento moderado, o que pode ser consequência do aumento da taxa de inadimplência para este segmento de empréstimo (Gráf.8).

**1.7 Câmbio**

O ambiente externo de elevada liquidez entre fins de 2010 e início de 2011 intensificou a entrada de recursos no Brasil. Este cenário somado à melhora da classificação dos títulos soberanos emitidos pelo país contribuíram para que, no 1º semestre de 2011, a taxa de câmbio seguisse tendência de apreciação do Real frente ao Dólar, fechando o semestre em R\$ 1,56/US\$ 1 (Relatório de Estabilidade Financeira/BACEN).

Entretanto, o agravamento da situação fiscal na Europa no segundo semestre do ano e o aumento das incertezas induziram à demanda por ativos de baixo risco, como os títulos do tesouro Americano e o dólar, revertendo a tendência de valorização do Real, que iniciou setembro no patamar de R\$1,60/ US\$ 1.

**1.8 Resumo – Cenário macroeconômico**

Variável	Jan-Jun 2010	Jan-Jun 2011	Δ% no período
PIB (R\$ Bilhões correntes)	1743,4	1961,3	12,5
Consumo do governo (R\$ Milhões correntes)	349,2	386,3	10,6
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	1071,7	1207,9	12,7
<b>Emprego e Renda (PME/IBGE – 8 regiões metropolitanas)</b>	<b>Jun/10</b>	<b>Jun/11</b>	<b>Δ% Em 12 meses</b>
Pop. Ocupada (mil)	21.877	22.390	2,3
Empregados com carteira assinada (milhares)	11.150	11.826	6,1
Empregados no setor público (milhares)	1.626	1.680	3,3
Renda média real (R\$)			
Setor privado com carteira assinada (R\$)	1.422,08	1.475,20	3,7
Setor público (R\$)	2.450,35	2.538,97	3,6
<b>Inflação</b>	<b>Jun/10</b>	<b>Jun/11</b>	
IPCA (%) – Variação em 12 meses	4,8	6,7	
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	5,2	8,6	
<b>Juros e Câmbio</b>	<b>Jun/10</b>	<b>Jun/11</b>	<b>Δ% Em 12 meses</b>
Taxa de Juros Selic (%)	10,25	12,25	+ 2,0 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,80	1,56	-13,3%
<b>Emprego e Saúde Suplementar no Brasil</b>	<b>1ºSem 2010</b>	<b>1ºSem 2011</b>	<b>Δ% Em 12 meses</b>
Criação de empregos Líquida – Caged (mil)	1.473	1.265	-14,1
Beneficiários de planos de saúde	43.325	46.601	7,6
Beneficiários de planos coletivos	32.605	35.744	9,6

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional, ANS e Banco Central do Brasil

**Equipe Técnica:**

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo

Amanda Reis - Consultora

Marcos Novais – Consultor

Francine Leite – Consultora

**2. Saúde Suplementar em Números**

Os últimos dados disponíveis para o setor de Saúde Suplementar foram divulgados, em setembro de 2011, com data-base junho de 2011, e analisados na 18ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar. <http://iess.org.br/Naciss18edmar11.pdf>

---

**Equipe Técnica:**

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo

Amanda Reis - Consultora

Marcos Novais – Consultor

Francine Leite – Consultora

[www.iess.org.br](http://www.iess.org.br)

Brasil		Assistência Médica							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				2° Tri/10	3° Tri/10	4° Tri/10	1° Tri/11	2° Tri/11	12 Meses
<b>Total</b>		46.601.062		1,9	2,5	2,7	2,4	-0,1	9,7
<b>Capital</b>		19.496.886	41,8	1,3	2,6	2,5	2,2	-0,1	8,9
<b>Região Metropolitana</b>		32.277.211	69,3	1,7	2,7	2,7	2,4	0,0	9,9
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	9.574.945	20,5	0,9	2,2	1,5	1,5	-0,6	6,2
	<b>Coletivo</b>	35.743.701	76,7	2,4	2,9	3,3	2,9	0,2	12,0
	<b>Empresarial</b>	28.783.474	61,8	3,3	3,9	3,9	3,6	1,0	15,6
	<b>Por Adesão</b>	6.920.762	14,9	-0,8	-0,5	1,1	0,0	-2,6	-0,2
	<b>Não informado</b>	39.465	0,1	-2,1	-0,4	-1,0	2,5	0,3	-1,1
	<b>Não Informado</b>	1.282.416	2,8	-4,0	-4,6	-4,6	-3,0	-7,4	-15,3
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	8.001.181	17,2	-1,5	-1,6	-1,4	-2,6	-3,7	-6,9
	<b>Novos</b>	38.599.881	82,8	2,7	3,5	3,6	3,5	0,6	14,1
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	11.605.580	24,9	1,8	2,5	2,5	2,3	-0,9	9,5
	<b>19 a 58 anos</b>	29.477.426	63,3	2,0	2,6	2,9	2,6	0,1	10,4
	<b>Acima de 59 anos</b>	5.511.179	11,8	1,3	1,9	1,9	1,5	0,3	6,8
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	21.982.048	47,2	2,1	2,7	2,8	2,6	-0,1	10,5
	<b>Feminino</b>	24.619.014	52,8	1,7	2,3	2,5	2,2	-0,2	9,0
<b>Modalidade</b>	<b>Autogestão</b>	5.254.198	11,3	0,5	0,1	1,3	-0,2	-3,3	1,7
	<b>Cooperativa</b>	16.984.845	36,4	2,4	3,1	2,4	3,1	1,0	11,4
	<b>Filantropia</b>	1.462.439	3,1	3,2	2,5	1,3	1,4	-2,1	8,6
	<b>Medicina de Grupo</b>	17.293.388	37,1	1,5	2,4	3,6	2,1	-0,4	10,0
	<b>Seguradora</b>	5.606.192	12,0	2,7	3,3	2,2	3,8	0,6	12,5
<b>Segmentação</b>	<b>Referência</b>	6.335.388	13,6	1,9	2,1	1,8	2,7	0,0	8,7
	<b>Hosp. e Amb.</b>	36.118.273	77,5	2,4	2,8	3,2	2,7	0,2	11,6
	<b>Hospitalar</b>	710.638	1,5	-6,7	6,7	2,9	2,9	-1,3	5,4
	<b>Ambulatorial</b>	2.181.599	4,7	0,6	2,2	1,1	-0,3	-0,7	3,6
	<b>Não Informado</b>	1.255.164	2,7	-3,9	-4,4	-4,6	-3,0	-7,5	-15,1

Brasil		Odontológico							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				1° Tri/10	2° Tri/10	3° Tri/10	4° Tri/10	1° Tri/11	12 Meses
<b>Total</b>		15.675.343		2,3	2,5	4,3	4,9	3,6	18,5
<b>Capital</b>		7.908.846	50,5	3,2	3,3	5,7	8,0	2,9	23,0
<b>Região Metropolitana</b>		11.915.338	76,0	3,4	2,8	5,1	5,6	3,4	20,4
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	2.599.599	16,6	1,2	3,9	6,3	2,4	4,2	19,7
	<b>Coletivo</b>	12.928.286	82,5	2,5	2,3	4,0	5,7	3,5	18,9
	<b>Empresarial</b>	9.991.058	63,7	4,5	3,5	6,5	8,0	4,9	28,1
	<b>Por Adesão</b>	2.707.315	17,3	-2,1	-0,5	-2,3	-0,7	-1,0	-4,7
	<b>Não informado</b>	229.913	1,5	0,0	-0,5	0,1	-1,3	0,2	-1,1
	<b>Não Informado</b>	147.458	0,9	1,3	-0,9	-4,1	-11,5	-4,2	-20,1
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	414.876	2,6	-1,9	-2,7	-3,3	-8,7	-2,4	-14,7
	<b>Novos</b>	15.260.467	97,4	2,5	2,7	4,6	5,4	3,7	19,7
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	3.477.940	22,2	2,0	2,2	4,0	4,9	3,1	16,7
	<b>19 a 58 anos</b>	11.476.605	73,2	2,4	2,5	4,4	4,9	3,6	18,9
	<b>Acima de 59 anos</b>	718.282	4,6	2,3	4,5	4,3	4,4	4,8	20,0
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	7.796.560	49,7	2,4	2,4	4,0	4,8	3,6	17,9
	<b>Feminino</b>	7.878.783	50,3	2,2	2,6	4,6	5,0	3,5	19,0